



POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS  
Avenida Tereza Cristina, 3920, Prédio II - Bairro Gameleira, Belo Horizonte/MG, CEP 30535-650  
- [www.policiamilitar.mg.gov.br](http://www.policiamilitar.mg.gov.br)

## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo n° 1250.01.0011123/2025-23

**Unidade Gestora:** [SUFIS/SEF]

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DA SECRETARIA ESPECIAL DA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL, E O ESTADO  
DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA  
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS,  
OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE  
PROJETOS E ATIVIDADES DE INTERESSE  
COMUM E O INTERCÂMBIO DE  
INFORMAÇÕES. E-PROCESSO Nº  
10265.344201/2025-25.**

A UNIÃO, por intermédio da SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, órgão do Ministério da Fazenda, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0058-87, neste ato representada pela Secretária Especial Adjunta da Receita Federal do Brasil, senhora ADRIANA GOMES REGO, inscrita no CPF sob o nº 736.XXX.114-XX, nomeada pela Portaria Casa Civil nº 209, de 20 de fevereiro de 2024, publicada na Seção 2, Edição nº 35, página 1, do Diário Oficial da União de 21 de fevereiro de 2024, e no uso da competência delegada pelo inciso XVI do art. 1º da Portaria RFB nº 224, de 7 de fevereiro de 2019, publicada na Seção 1, Edição nº 30, página 33, do Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2019, e o ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, inscrito no CNPJ sob o nº 16.695.025/0001-97, sediado na Cidade Administrativa, Rodovia Papa João Paulo II, 3777 - Serra Verde, Prédio Minas, 6º andar, Belo Horizonte/MG, Cep: 31630-901, neste ato representado pelo seu Comandante Geral, senhor CARLOS FREDERICO OTONI GARCIA, inscrito no CPF sob o nº 024.XXX.856-XX, tendo em vista o disposto nas Instruções Normativas SRF nºs 19 e 20, de 17 de fevereiro de 1998, e, no que couber, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nas demais legislações que regem a matéria, resolvem celebrar, por seus representantes legais, o presente Acordo de Cooperação Técnica que se regerá pelas cláusulas seguintes:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é o estabelecimento de diretrizes e procedimentos para a cooperação técnica e operacional entre os participantes, mediante o intercâmbio de

informações e tecnologias, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para a capacitação e o treinamento de recursos humanos, para o desenvolvimento e para o compartilhamento de tecnologias, de informações e de recursos de informática, visando à harmonização, à extração, à análise e à difusão de sistemas, de dados e de informações, bem como ao planejamento e ao desenvolvimento institucional, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho anexo.

## **2. CLAUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caberá à Polícia Militar de Minas Gerais e à Receita Federal estimular e implementar ações conjuntas, somando e convergindo esforços, mobilizando suas unidades, órgãos, membros, agentes e serviços, assim como outras entidades que manifestarem desejo de atuar em parceria, com vistas à consecução do objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS**

Constituem obrigações comuns aos partícipes:

- 3.1 Executar as ações objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, assim como monitorar os resultados;
- 3.2 Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro partícipe, quando da execução deste Acordo de Cooperação Técnica;
- 3.3 Analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado;
- 3.4 Cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- 3.5 Realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- 3.6 Disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- 3.7 Permitir o livre acesso a agentes da Administração Pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao Acordo de Cooperação Técnica, assim como aos elementos de sua execução;
- 3.8 Fornecer ao partícipe as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- 3.9 Manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação – LAI) obtidas em razão da execução do Acordo de Cooperação Técnica, somente divulgando-as ou compartilhando-as com terceiros se houver expressa autorização dos partícipes;
- 3.10 Manter sigilo das ações executadas em decorrência do presente acordo, utilizando os dados passíveis de acesso somente nas atividades que, em virtude de lei, lhes competem exercer, não podendo, de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento a terceiros das informações trocadas entre si ou geradas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica;
- 3.11 Cumprir integralmente a legislação em vigor sobre privacidade e proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados);
- 3.12 Adotar providências para que os responsáveis pela divulgação indevida de informações, uma vez formalmente identificados, sejam responsabilizados pelos eventuais danos causados, sem prejuízo das sanções criminais e administrativas aplicáveis à espécie; e
- 3.13 Obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

4.1. A descrição detalhada das obrigações da Polícia Militar de Minas Gerais encontra-se no Plano de Trabalho, parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica para todos os fins.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Polícia Militar de Minas Gerais se compromete a utilizar os dados ou informações que lhe forem fornecidos somente nas atividades que, em virtude de lei, sejam de sua competência.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA RECEITA FEDERAL**

5.1 A descrição detalhada das obrigações da Receita Federal encontra-se no Plano de Trabalho, parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica para todos os fins.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Receita Federal se compromete a utilizar os dados ou informações que lhe forem fornecidos somente nas atividades que, em virtude de lei, sejam de sua competência.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

6.1. No prazo de 30 (trinta) dias a contar da celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, cada partícipe designará representantes institucionais incumbidos de gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para a execução deste Acordo de Cooperação Técnica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo serem documentadas todas as comunicações.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS**

7.1. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos, contratação de prestadores de serviços, transmissão, recepção, hospedagem e compartilhamento de dados e informações, e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços decorrentes do presente Acordo de Cooperação Técnica serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações por eles.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso seja verificada a necessidade de repasse de recursos entre os órgãos cooperados, como forma de conferir efetividade ao presente Acordo de Cooperação Técnica, deverá ser celebrado instrumento específico para tanto, observando-se todos os requisitos legais para a transferência de recursos.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS**

8.1. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo de Cooperação Técnica, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

PARÁGRAFO ÚNICO - As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no Acordo de Cooperação Técnica e por prazo determinado.

## **9. CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E VIGÊNCIA**

9.1. O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será de 60 (sessenta) meses a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

10.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, exceto no tocante ao seu objeto e quanto à inexistência de repasse financeiro.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIREITOS INTELECTUAIS**

11.1. Os direitos intelectuais, decorrentes do presente Acordo de Cooperação Técnica, integram o patrimônio dos partícipes, sujeitando-se às regras da legislação específica. Mediante instrumento próprio, que deverá acompanhar o presente, devem ser acordados entre os partícipes o disciplinamento quanto ao procedimento para o reconhecimento do direito, a fruição, a utilização, a disponibilização e a confidencialidade, quando necessária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os direitos serão conferidos igualmente aos partícipes, cuja atuação deverá ser em conjunto, salvo se estipulado de forma diversa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A divulgação do produto da parceria depende do consentimento prévio dos partícipes.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ENCERRAMENTO**

12.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica será extinto:

- a) Por advento do termo final;
- b) Por denúncia de qualquer dos partícipes, se não houver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;
- c) Por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) Por rescisão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, os partícipes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

13.1. O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, nas seguintes situações:

- a) Quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação Técnica; e
- b) Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

14.1. A Receita Federal providenciará a publicação do extrato do Acordo de Cooperação Técnica na imprensa oficial, observado o disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS**

15.1. A Polícia Militar de Minas Gerais e a Receita Federal deverão aferir os benefícios e o alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas ao presente acordo, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

Documento de Acesso Público: <https://www.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP21.1125.16479.Q573. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original

16.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1. As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia-Geral da União, conforme Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual, lido e achado conforme, é assinado eletronicamente pelos representantes dos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

**ADRIANA GOMES REGO**

**Secretária Especial Adjunta da Receita Federal do Brasil**

**CEL PM CARLOS FREDERICO OTONI GARCIA**

**Comandante Geral da PMMG**

### TESTEMUNHA 1:

Nome: \_\_\_\_\_,

CPF: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_

### TESTEMUNHA 2:

Nome: \_\_\_\_\_,

CPF: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_

Belo Horizonte, data da assinatura, 2025.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS FREDERICO OTONI GARCIA, Comandante-Geral**, em 17/11/2025, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Araújo Barroso, Major**, em 17/11/2025, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento de 6 páginas assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP21.1125.16479.Q573. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original



Documento assinado eletronicamente por **Victor Augusto Peixoto, Cabo**, em 17/11/2025, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **127546035** e o código CRC **EFD5D6A5**.

Referência: Processo nº 1250.01.0011123/2025-23

SEI nº 127546035



## Ministério da Fazenda

### PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

#### Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 21/11/2025 14:37:44 por Adriana Gomes Rego.

Documento assinado digitalmente em 21/11/2025 14:37:44 por ADRIANA GOMES REGO.

Esta cópia / impressão foi realizada por FABIO ANDRE GUERREIRO em 21/11/2025.

#### Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP21.1125.16479.Q573**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**A898AADD79559B2557C57B9F9DB7FF4610A75A13B15FF9355C28A15E3ABF933A**